

Memórias e histórias do contrabando em Foz do Iguaçu .

Aparecida Darc de Souza* .

Terra das Cataratas! Este é o slogan oficial que apresenta a cidade de Foz do Iguaçu ao Brasil e ao mundo. As fotos publicitárias e as propagandas oficiais centram-se neste ponto, refletindo uma imagem planejada de uma cidade portadora de uma função: o turismo. Absolutamente tudo parece girar em torno dessa atividade. As ocupações, os espaços, os monumentos e a própria história são apresentados como se estivessem, inevitavelmente, articulados a esta função.

Uma primeira impressão menos incauta sobre esta imagem da cidade de Foz do Iguaçu certamente identifica que, no ato de construção desta, são imediatamente expulsas muitas experiências sociais. Estão ausentes os moradores e seus modos de viver; o trabalho e sua inserção num contexto de fronteira, com legislação tríplice e regras costumeiras muitas vezes diferenciadas entre si; os conflitos e as disputas que envolvem a apropriação e a produção cotidiana da cidade; enfim, estão ausentes as experiências sociais que contrastam com a imagem postulada oficialmente, cujo conteúdo e forma expressam-se em uma memória com vocação uníssona e que, como destacou Jacques Le Goff (1996, p.476), “é também um instrumento e um objeto de poder”.

Diante desta problematização tratei de investigar, a partir das memórias dos trabalhadores, também outras dimensões políticas e sociais da cidade, que não estavam presentes nos documentos oficiais e nos relatos comemorativos da memória das classes dominantes. Para criar as condições de produção dessas memórias dos trabalhadores, fiz uso de fontes orais. A realização de entrevistas constituiu-se em metodologia privilegiada de investigação da experiência de uma população que, no curso de sua vida, na cidade, teve pouca ou nenhuma chance de registrar, por meio da palavra impressa, suas propostas, suas reivindicações, sua luta, seu trabalho. Tratei, portanto de tentar

* Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Este texto integra um dos capítulos da Tese de doutoramento “*Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*” São Paulo, USP, 2009.

chegar até as memórias dos grupos não hegemônicos, cuja voz foi, em muitas circunstâncias, silenciada pela memória oficial.

Nessa perspectiva, ao estudar a cidade, a partir da vivência dos trabalhadores, esforcei-me para entendê-la com base nos modos de vida de todos os homens e mulheres cuja existência revelou-se marcada pela exploração do seu trabalho.

Tal procedimento representou falar com eles, fora das instâncias oficiais de poder, no universo de suas próprias relações sociais e políticas. Investindo na compreensão de seus modos de vida, supus ser possível a reconstituição da cidade, analisando outros pontos de vista. E essa busca fez-me enfrentar as lembranças da cidade vivida pelos trabalhadores; ouvir suas queixas, seus registros, suas histórias. Nesses casos, muitas vezes seus olhares projetaram imagens da cidade marcadas por suas próprias trajetórias, sem se desfazerem do peso das instituições e dos relatos oficiais, mas reinterpretando-os à luz de suas experiências.

Embora seus relatos tenham sido biográficos, informando percepções individuais sobre diversos significados de morar e trabalhar nessa cidade, foram, também, em grande medida, a expressão de vivências de situações comuns. Nesse sentido, representam uma vivência coletiva de experiências sociais muitas vezes compartilhadas.

O principal ponto a ser destacado, na análise dessas entrevistas, refere-se à fusão da própria vida com a história da cidade. Os eventos são citados e explicados sempre de um ponto de vista particular, mas ainda é sobre a cidade que se fala. E uma vez que esses trabalhadores articulam a cidade às suas memórias, fazem-no, principalmente, em relação ao trabalho e às ocupações exercidas.

Contudo, se essa fusão torna a narrativa mais interessante de ser estudada, não retira dela o tom recorrentemente fragmentário da recordação. Portanto, ao lidar com as narrativas dos entrevistados, não se trata de extrair informações ou contestar fatos, mas de apresentar outras memórias acerca da história vivida na cidade. Assim, tem razão Alistair Thomson (1997, p.57) quando sugere que o “processo de recordar” apresenta-se como “uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser.”. Foi escorada nessa percepção acerca da História que interpretei as narrativas dos trabalhadores entrevistados sobre Foz do Iguaçu.

Os trabalhadores¹ que entrevistei não apresentaram uma discordância extremada, em relação à memória oficial, mas narraram a cidade a partir de suas próprias experiências ou, melhor dizendo, a partir do que interpretaram ser suas experiências. Não negaram determinadas imagens consolidadas pelas classes dominantes, mas refizeram-nas, segundo seus propósitos e percepções.

Neste sentido, chamou minha atenção como foram recorrentes, nas narrativas dos trabalhadores, relatos sobre o trabalho relacionado ao comércio de mercadorias com as cidades fronteiriças, *Puerto Iguazu* (Argentina) e *Ciudad del Este* (Paraguai). Essas narrativas de vida indicaram que o envolvimento dos trabalhadores no comércio de mercadorias, na fronteira, não era um fenômeno recente, na história da cidade. Ao contrário, os relatos apresentados sugeriram que este comércio constituiu uma forma bastante comum e cotidiana de estratégia de sobrevivência de muitos trabalhadores, desde a década de 1940.

Segundo a senhora Firmina², de 81 anos, era comum, para as famílias que viviam em Foz do Iguaçu, ir até a cidade de *Puerto Iguazu* comprar produtos alimentícios manufaturados. Isto ocorria num contexto em que o comércio local de Foz do Iguaçu era pouco desenvolvido, combinado ao fato de que os produtos argentinos eram mais baratos e de melhor qualidade.

“Nóis mesmo comprava só de lá, farinha de trigo, óleo... Afinal, tudo, tudo, muito barato; e tinha o que procurasse ali; tinha e comprava, e não tinha esse incômodo que tem hoje. Tá certo, os documento a gente dexava na gendarmeria [posto de guarda do exército] – que diziam, né? Mas era uma coisa certa: a gente entregava os documento ali e ia fazê compra; podia trazê o que quizesse. E na vorta, chegava ali, eles entregava os documento, e [a gente] ia embora. E agora, eles que é muito exigente e tudo; antes, não era, e compravam o que tivesse lá; podia comprá e trazê.”

O senhor Cesar³, 61 anos, dizia que este comércio era frequente e livre. Como ele mesmo frisou, era um comércio para abastecimento, como se fosse um

¹ Os nomes de todos os trabalhadores citados neste texto foram substituídos por pseudônimos.

² Entrevista realizada com Firmina em 31 de janeiro de 2008, no bairro Vila Yolanda, na cidade de Foz do Iguaçu.

³ Entrevista com César realizada em 27 de março de 2007, na região Jardim São Paulo, na cidade de Foz do Iguaçu.

supermercado: acontecia como “aqui a gente vai ao mercado todo mês”. Sua mãe caminhava um trajeto de, aproximadamente, seis quilômetros, “com carga nas costas, pra trazer as compras”, que davam para a família consumir, durante quinze dias.

“Sim... e era livre; só que o pessoal ia lá pra abastecer, como, aqui, a gente vai ao mercado, todo mês, o pessoal daqui ia lá – né? – ; ia, e, muitas vezes, aquele que tinha menos recursos ia de a pé; minha mãe cansou de ir de a pé. Seis quilômetros, fazer de a pé, com carga nas costas, pra trazer – né? – as compras pra nós passar, as vezes, quinze dias, um mês.”

A população local buscava, na Argentina, produtos industrializados, que não conseguia produzir na cidade nem trazer de Curitiba. A necessidade de abastecimento mobilizava parte considerável da população local, ao ponto de despertar a oferta de serviços de transportes para aqueles que iam para a Argentina.

“[...] um senhor... que ele começou de fazer transporte pro Porto Meira, que o pessoal fazia muita compra na Argentina, ali pelo Porto Meira... E que a cidade era mais abastecida pela Argentina, né? E o que tinha que vim vinha, aqui, pela estrada velha de Guarapuava, de carroça; então, daí, ele tinha um caminhãozinho e começou de fazer transporte, levar o pessoal que queria fazer compra, né? Era muito bom, como até hoje, o produto comestível da Argentina, não desmerecendo o nosso produto brasileiro; mas, olha, é muito bom o produto comestível da Argentina. É coisas feito da farinha de trigo, macarrão, queijo, doces enlatados, conservas, bebidas, licor, vinho... É... como eu disse, não desmerecendo o nosso produto brasileiro, mas o argentino é de muito boa qualidade, até o dia de hoje, e o pessoal ia lá abastecer [...].”

O senhor Carlos avaliou que a dificuldade e a morosidade do transporte de mercadorias vindas de Guarapuava (PR) contribuíam para a busca de produtos na Argentina. Separada por uma distância de mais de 700 quilômetros de Curitiba, a cidade de Foz do Iguaçu sofreu com a falta de abastecimento de produtos nacionais, pois a pavimentação da única estrada que a ligava ao restante do estado só foi realizada em 1969.

Os trabalhadores, que viviam, em sua grande maioria, em chácaras, roçados ou casas distantes do perímetro urbano, não iam até a cidade de *Puerto Iguazu* apenas para comprar o que lhes faltava, mas acorriam para lá também com o objetivo de

comercializar parte de sua produção agrícola e pecuária. A esse respeito, o senhor Carlos se lembra de ter visto sua mãe indo até o Porto Meira para vender laranjas e comprar maçãs dos comerciantes argentinos.

Essa aparente insuficiência econômica de Foz do Iguaçu parece ter motivado uma economia de trocas fronteiriça, alimentada pela oferta de produtos que eram complementares para os moradores de Brasil e Argentina.

Tal divisão do trabalho parece ter existido, desde o final do século XIX⁴, e a falta de regulamentação desse comércio, na fronteira, foi bastante criticada, nos Relatórios do Exército, já durante sua instalação, quando criou a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889. Aliás, quando se criou legislação específica sobre importação e exportação de produtos, o exército passou a enfrentar conflitos com os moradores locais. Neste novo quadro econômico, a imposição de taxas de importação e exportação provocou o aumento do custo de vida da população local, que dependia da importação de produtos de primeira necessidade, vindos da Argentina. A direção da colônia tentou solucionar esta situação, pedindo isenção fiscal ao governo federal: “Diz o diretor que torna-se necessário habilitar o porto da colônia, isentando-a de direitos por espaço de 10 anos, porque só assim poderão os gêneros de primeira necessidade ser directamente recebidos de Montividéo e por um preço muito baixo.” (BRASIL, 1895, p.51).

A julgar pela observação feita por Arthur Franco, em sua visita a Foz do Iguaçu, esta situação de carestia não havia mudado muito, em 1913. Ele considerava que os impostos de importação tornavam a vida da população local “caríssima”, obrigando-a a apelar para o contrabando, para garantir sua sobrevivência:

A nossa palestra com o sr. Bonjean versou também sobre os impostos de importação cobrados pelo fisco federal naquela zona fronteiriça, então sem comunicação com o interior, de modo a ser obrigada a receber tudo do estrangeiro, mesmo os gêneros alimentícios de primeira necessidade, como carne verde, roupas, e toda a sorte de gêneros alimentícios, o que tornava a vida ali caríssima e ‘quase obrigatório’ o contrabando para a população daquela zona poder sobreviver. (FRANCO, 1973, p.74).

Quando a fundação da colônia instituiu o controle do comércio, na fronteira, tornou ilegal a forma de reprodução da economia local. Além de inviabilizar o intercâmbio de gêneros alimentícios e bens manufaturados, tal controle dificultou, também, a venda de madeira e de erva mate, que garantiam o fluxo monetário e a

⁴ Os relatos indicam que “*Por ocasião da descoberta da Foz do Iguassú o território brasileiro já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descriptas: brasileiros, 9; francezes, 5; hespanhoes, 2; argentinos, 95; paraguayos, 212; inglez, 1.*” (BRITO, [1938] 1977, p.60).

compra de mercadorias trazidas da Argentina. As taxas de importação tornaram parte do processo de reprodução econômica local inviável, porque o encarecia muito. Somente por meio do contrabando, ou seja, da compra de produtos estrangeiros sem pagamento de taxa de importação, era possível abastecer a população que vivia nos limites da colônia. Vista deste ângulo, a compra de produtos que vinham da Argentina e do Paraguai, tal como era realizada pelos moradores locais, antes da fundação da colônia, passara a ser caracterizada como contrabando.

Esta contradição entre a realidade concreta da dinâmica econômica local e as determinações legais do Estado atravessou os anos e engendrou a própria história da cidade de Foz do Iguaçu. Mesmo depois da extinção da colônia militar e da elevação de Foz do Iguaçu à categoria de vila (1914) e, posteriormente, à de cidade (1917), tal contradição permaneceu, como traço característico de sua vida econômica e social. Nos relatos de viajantes que conheceram Foz do Iguaçu, como Arthur Franco, em 1913, Jaime Ballão, em 1920, e Lima Figueiredo, em 1937, persistiram as observações sobre o predomínio da exploração extrativista em detrimento da agricultura, a dependência local dos produtos importados da Argentina e a prática recorrente do contrabando pela população local.

Assim, o abastecimento de produtos de primeira necessidade continuou a depender do comércio com os argentinos. A forma mais eficaz de promover o fluxo monetário para comprar esses produtos se dava por meio da exploração extrativista e pela agricultura e pecuária, praticadas em todas as propriedades. Estas eram atividades que incentivavam as trocas locais⁵. Este “contrabando” foi comum, ainda durante as décadas de 1930 a 1970. Por fim, pode-se afirmar que Foz tinha maior ligação econômica com a Argentina do que com Curitiba e o restante do Paraná.

Um exemplo das práticas comerciais existentes, na fronteira, foi relatado pelo senhor Armando⁶, 67 anos. Ele levava o leite, que produzia em sua chácara, para vender, no outro lado da fronteira. Perguntado sobre a existência desse comércio, ele respondeu que

⁵ As empresas estrangeiras exerceram o domínio econômico de Foz do Iguaçu e toda a região do Oeste paranaense, até a década de 1940, com a exportação legal ou ilegal de erva mate e madeira para o mercado argentino. Este predomínio formava um ciclo vicioso de dependência, em relação ao mercado argentino.

⁶ Entrevista realizada com senhor Armando em 12 de Janeiro de 2007, na região Porto Meira, na cidade de Foz do Iguaçu.

“Antigamente, sim, existia. Hoje, daí, já mudou. Antigamente, tudo o que nós plantava nós vendia pra Argentina. Tinha freguês na Argentina. Recebia em peso [moeda argentina] e trocava. [...] Trabalhei de 1935 a 1955, mais ou menos. [...] vendia cento e poucos litro [de leite] cada dia. Atravessava o rio de canoa. O meu cunhado também ia pra lá. O meu irmão também... levava leite pra lá, ajudava levar. A mãe tirava o leite, e nós levava lá. [...] comprava coisa lá. Coisa de comer, comprava tudo lá: azeite, tudo essas coisa... comprava lá.”

Pelo relato do senhor Armando, o comércio era bastante intenso, envolvendo grande parte da família. No seu caso, que produzia leite, as idas até o lado argentino eram diárias. Para outros entrevistados, esse comércio era sistematicamente praticado por aqueles que moravam próximos às margens do rio Iguaçu, pois era mais viável atravessar o rio e vender leite para os argentinos, devido à distância que os separava da área urbana de Foz do Iguaçu.

É o que narrou o senhor Leotério⁷, 62 anos, irmão do senhor Armando. Para ele, esse comércio era mais comum para as famílias que moravam às margens do rio Iguaçu. Perguntado se, de fato, os produtos argentinos tinham importância econômica para as pessoas que residiam na cidade de Foz, ele respondeu o seguinte:

“Não vou dizer os de lá de dentro da cidade; mas pros que moravam mais pro interior, tinha, porque, por exemplo, o Jorge Lack, o... o... José Schilegel, eles forneciam o leite pra Argentina, porque se eles fossem fornecer, aqui, da barranca do rio Iguaçu, o leite pra cidade... e aqui, como era o comércio pequenininho, não tinha como eles entregar tanto leite, que já tinha o Gregório Dotto, lá em cima, que fornecia o leite pra cidade, ele já quase abastecia a cidade toda com leite. Então, Jorge Lack, José Schilegel, ooo Henrique Perkoski, eles levavam o leite pra Argentina e compravam os produtos de lá. Então, pra eles era vantagem, aqui, o comércio da Argentina.”

Seu raciocínio reforça a idéia de que o trânsito comercial, na fronteira, não era praticado por todos, mas acontecia dentro de determinada divisão do trabalho. Os brasileiros, que vendiam produtos *in natura* para o lado argentino, principalmente leite,

⁷ Entrevista realizada com senhor Leotério em 12 de Janeiro de 2007, na região Carimã, na cidade de Foz do Iguaçu.

residiam fora do centro urbano, porque retiravam seus produtos do campo. Mas eram eles que abasteciam a cidade de Foz com mercadorias argentinas.

O senhor Leotério, 62 anos, observou, também, que este trânsito comercial com a Argentina promoveu o desenvolvimento de outra atividade econômica: o transporte de pessoas e de mercadorias, entre *Puerto Iguazu* e Foz do Iguaçu.

“É...cada qual praticamente tinha sua canoa, e aquele que não tinha canoa cruzava, lá no Porto Meira: lá tinha os passe que levavam e traziam, né? [...] No começo, era remo; depois, já veio... apareceu o motor; então, cada um tinha o seu motorzinho e levava e trazia o pessoal, cobrava o passe e levava.”

Sem nenhuma infraestrutura de navegação que facilitasse a transposição da fronteira molhada, aqueles que transitavam para a Argentina organizavam, também, o tráfego em geral, tanto de coisas quanto de pessoas. A canoa, tomada como transporte popular, cumpria, certamente, um papel fundamental, na ligação das pessoas e das economias dessas duas cidades, Foz e *Puerto Iguazu*, partindo do Porto Meira⁸. Tornou-se, também, um negócio, principalmente, depois que recebeu motor de popa, o que deve ter facilitado, ainda mais, o trânsito de pessoas e coisas. Para o senhor Leotério, “três duplas” organizavam a travessia, prestando um serviço cuja existência fixou-se em sua memória. Este “serviço” existiu, até ser substituído por uma balsa e, depois, pela Ponte da Fraternidade.

Neste universo de trocas, desenvolveu-se, também, entre os moradores da cidade, práticas de compra de produtos, em *Puerto Iguazu*, para revenda, em Foz. A senhora Clara, 68 anos, conta que enquanto seu pai vendia laranjas para comerciantes argentinos, no Porto Meira, ela e sua irmã iam para *Puerto Iguazu*, para vender laranjas e comprar produtos como trigo, óleo e sabão para revender em Foz do Iguaçu.⁹ Para dona Clara, esta atividade constituía-se numa forma de trabalho para garantir a sobrevivência da família. Desde criança, ela aprendeu com seu pai a se desdobrar em mais de uma atividade para sobreviver.

“Ele é... aquele tempo, trabalhava na roça só. Ele, assim, fazia chão pros outro. Quando nós tinha

⁸ Porto Meira localiza-se na margem direita do rio Iguaçu, no local onde era feita a travessia de barco para a Argentina, antes da conclusão da Ponte da Fraternidade.

⁹ Entrevista realizada com senhora Clara em 27 de março de 2007, na região Porto Meira, na cidade de Foz do Iguaçu.

assim oito, deiz ano, nós trabaivava junto com ele, também, assim, cortando cana: fazia feixe de cada cana, fazia feixe... era um canavial grande. E assim, nós ia ajudando ele. Depois, ele foi fabricante de melado, rapadura, de bala, tudo criança, né? A gente puxava o cavalo; tinha um cavalo que era manso, a gente ia em cima, puxava, ajudava ele. Era o serviço de levá lá... levá lá, pro centro, porque lá era... agora é cidade.[...] Assim, nós se virava, ajudava o pai e... ajudava, na roça, e trabaivava, na roça, ajudava e... era pequeno, mas ajudava. [...]. E assim, nós vivia. Além da nossa roça, ele fazia pros outro, trabaivava num monte de coisa.”

Se, por um lado, a venda de produtos *in natura*, no lado argentino, constituía-se numa estratégia para sobreviver, por outro lado, não era a única atividade a que recorriam os trabalhadores do lado brasileiro. A senhora Clara lembra que seu pai se ocupava de muitas atividades, para garantir o sustento da família. Trabalhava em culturas sazonais, como a do arroz, além de plantar roçados que lhe permitiam negociar com argentinos e, certamente, alimentar a própria família. Também, fica claro que ,sem o amparo do trabalho doméstico, seu pai não conseguiria trabalhar. Desse modo, a sobrevivência não era algo fácil.

O senhor Cesar, apesar de ser pedreiro, também fez do comércio de mercadorias, na Argentina, uma forma de resolver os momentos de crise e de falta de emprego. Ele comprava produtos, na Argentina, sob encomenda.

“E sempre gostei de negociar. E tempos atrás, também, eu desempregado... aí, eu trazia também coisa da Argentina, comestível e tudo, pra vender aqui. Praticamente, como se diz hoje, não era registrado, né? Era um mercado negro, né? E vendia de tudo; o que me pedia eu trazia... trazia, olha, bebida, comestível, perfume, o que pedisse eu trazia. E a gente ia pra Argentina, em Porto Iguazu, de canoa a remo, passava o rio e trazia; trazia à vontade, não tinha controle nenhum, não tinha fiscalização que barrasse, nem lá nem aqui. Então, a gente viveu um tempo disso aí, também, né?”

Este tipo de atividade parecia encontrar uma demanda significativa, na cidade, não apenas por parte de pequenos comerciantes, mas, também, de outras empresas, como os hotéis. O senhor Cesar recorreu a esse comércio, até meados dos anos 1970. Grande parte das encomendas recebidas era vendida para hotéis. De licores a azeitona e pickles, ele abastecia até grandes hotéis, como o Carimã, construído em 1967. Mas esta

atividade foi se tornando perigosa, devido à fiscalização que foi vivenciada como perseguição pelo senhor Cesar como ele mesmo fez questão de ressaltar em seu relato: “De lá, também, começaram a perseguir, e do lado de cá, também; então, foi ficando difícil [...]”

De fato, a fiscalização argentina se tornou rigorosa, na década de 1970, o mesmo ocorrendo com a fiscalização brasileira. Havia um motivo visível, e deveu-se ao contrato realizado entre Brasil e Paraguai para a construção de Itaipu, fato que inviabilizou os planos argentinos de edificar duas usinas hidrelétricas com o Paraguai, acirrando, ainda mais, a postura defensiva que a Argentina assumira em relação ao Brasil, desde a década de 1950 (MONIZ BANDEIRA, 1995, p.241-242). A contrariedade argentina foi manifestada, no endurecimento das fronteiras, o que aconteceu, também, por parte do Brasil. Isto tornou difícil para os citados trabalhadores a continuidade dessas atividades. Aquela que era uma forma livre de sobreviver foi sendo criminalizada.

A maioria dos trabalhadores, por medo de serem presos, deixou de fazer o comércio de produtos vindos da Argentina. O senhor Cesar, também. É certo, porém, que sua iniciativa de buscar outra forma de trabalho se relacionou com seu medo de ser preso pelos argentinos:

“[...] do lado de lá, não tem jeitinho brasileiro; lá, eles maltratam. Já leva pra Possadas – né? –, pra capital da província, né? [...] Lá, o bicho pega. Aí, eu parei e pensei... digo assim... Mas tem outro jeito de ganhar a vida; vou largar disso hoje; não vou mais... Meu cunhado, esse que tu foi entrevistar ele, lá, uma semana depois, ele mais os companheiro deles caíram, foram preso na Argentina, ficaram 24 horas sem comer, né? Ficaram preso, lá; tomaram tudo as coisa, tomaram a canoa deles, né?...”

É interessante confrontar os relatos desses entrevistados que falam de como era tranqüilo o comércio de mercadorias, na fronteira, entre as décadas de 1940 e 1960, com esta descrição feita pelo senhor Cesar. Ele disse que a fiscalização mais agressiva começou a ocorrer, por volta dos anos de 1970. Quando deixou de realizar essa atividade, tinha, aproximadamente, 28 anos. Isto aconteceu por volta de 1974. Na memória dele, a década de 1974 deixou registros de um processo de criminalização de práticas costumeiras de comércio e de trabalho, que ele aprendeu a realizar na infância.

A senhora Mirna¹⁰, 71 anos, depois de trabalhar 16 anos ao lado do marido, em uma olaria localizada no bairro Carimã, com o fechamento desta, em 1970, passou a trazer encomendas de produtos da Argentina:

“Depoi nós se mudemo pra cá e começô a trabalhar em compra e venda da Argentina. [...] Trazia de lá sabão, farinha de trigo, arroz, graxa – gordura, né? Banha de porco, assim, em lata, e trazia azeitona, óleo, essas coisa [...] macarrão, nós chamava Lageta... Tinha, assim, uma massa, chama Lagueta; tinha uma massa, parecia um pãozinho, assim, ela vendia bastante, né? Cebola, batatinha... trazia isso, de lá pra cá, e já vendia pra cá, pra cidade... levava. Então, eu fazia tudo anotadinho: quê queria fulano, fulano quer tal coisa, tal coisa, tal coisa.

No entanto, os relatos da senhora Mirna, a exemplo de outros, sugeriram que houve, por parte da aduana, um rigor maior, em meados da década de 1970, e isto dificultou o comércio: “[...] num deixava mais passar nada, como agora, no Paraguai, né? Num deixava passar mais nada, só pouquinho, pouquinho, e só para compra de casa, né? Seguindo o mesmo caminho, o senhor José¹¹, 66 anos, descreveu o comércio de produtos da Argentina, criando uma explicação para a definição de contrabando. Para ele, durante algum tempo, os limites de compra eram altos, e era muito comum ver os moradores de Foz ir até *Puerto Iguazu* para comprar trigo, macarrão, azeite etc. Até aquele momento, o comércio era considerado legal. Mas, quando a compra de mercadorias, na Argentina, passou a ser feita em grande escala, com a única finalidade de revenda, foi caracterizada como contrabando. De fato, as falas dos trabalhadores anteriormente entrevistados indicaram que grande parte do comércio realizado com argentinos visava o consumo familiar ou de pequena escala. Para o senhor João, a repressão ao comércio buscava coibir essa nova fase, marcada pelo transporte em escala dos produtos argentinos.

“Não, de começo era só pra consumo. Aí, depois que agradô a cidade, aí já começô a vendê. Aí, quando começô vendê, aí, já começô o tal de contrabando, né? Aí, a turma já queria trazê em grande escala. Aí, já começaram a proibi, mais

¹⁰ Entrevista realizada com a senhora Mirna, em 27 de março de 2007, na região Porto Meira, na cidade de Foz do Iguaçu.

¹¹ Entrevista realizada com o senhor José em 11 de janeiro de 2007, na região Vila C, na cidade de Foz do Iguaçu.

apertá... é... até nós, depois, tinha que trazê mais pouco, né? I... Eles começaram apertá, né? Que nem aqui, né? Na ponte com o Paraguai. Aí é... depois daquele arrocho, aí começô os contrabando pelo mato. Aí, o pessoal começaram a trazê, pelo mato, as coisa, né?”

Apesar da repressão sobre o comércio praticado pelos trabalhadores, esta atividade atraía muita gente. Em muitos casos, trabalhar na fronteira, transportando mercadorias, era mais vantajoso do que um posto de trabalho formal. O senhor José relata que seu irmão foi um dos trabalhadores que trocou de emprego, envolvendo-se com o transporte de trigo da Argentina. Por noite, ele carregava até vinte e cinco sacos de trigo. Porém, se a atividade lhe rendia mais dinheiro, também lhe trazia medo, devido às diversas situações que tornavam esse trabalho perigoso.

“É... até esse meu irmão que trabalhô nas cataratas, um tempo, ele deixô de trabalhá lá, pra trabalhá num contrabando, aí. Ele trazia vinte, vinte e cinco saco de trigo, por noite. Assim do... da Argentina... é... tinha veiz que tinha que trocá tiro com esses... quase morreu, muitas veiz, né? É... dava tiroteio por todo lado.”

Para dona Clara, comprar mercadorias, na Argentina, a fim de vender em Foz do Iguaçu, representava, antes de tudo, uma estratégia a mais de sobrevivência conjugada com outras formas de trabalho: *“lavava roupa, ia na Argentina e assim nós se virava”*. Para o senhor Cesar e a senhora Mirian, este trabalho foi uma forma efetiva de enfrentar o desemprego. Havia, também, aqueles que enxergaram, nessa atividade, uma oportunidade de tornarem-se donos de seu próprio trabalho, sem ter que responder a um patrão. Foi assim que o senhor Jose descreveu o trabalho de seu irmão:

“O meu irmão trabalhava pra ele mesmo. É... então, pra ele memo. Ele chegava, entregava, e a grana era tudo dele. Os amigo, que nem... cada qual... eles iam em cinco, sempre ele tinha um companheiro. Quatro e ele, né? Então, eles traziam vinte cinco 25 cada um, era cem. Mais tudo separado. Cada qual com vinte saco. Eles iam tudo junto, por causa de escorá os home nos artigo, né? Se precisasse. Mais eles traziam, eles vendiam tudo, cada qual cos vinte saco. Eles vendia, e o dinheiro era dele mesmo.”

No caso do irmão do senhor José, essa autonomia mencionada dependia do trabalho em equipe. Não era possível, para uma só pessoa, atravessar a fronteira com toda a mercadoria. Cada homem carregava uma carga de 25 quilos de farinha, para fechar o volume encomendado. Segundo o senhor José, a mercadoria trazida por seu

irmão e seus respectivos companheiros era destinada, principalmente, ao comerciante local: “Era comerciante miúdo. Só que eles arrematavam o que eles traziam. [...] eles pediam mais trigo. O que vinha, vendia tudo pra eles [...]”. Trabalhando em grupo, eles, provavelmente, conseguiram realizar, rapidamente, entregas de grande quantidade, solicitadas pelos comerciantes locais.

Encarado como estratégia de sobrevivência, o fornecimento de mercadorias argentinas, em Foz do Iguaçu, se tornou insustentável para a maioria dos trabalhadores, ao longo da década de 1970. As dificuldades para enfrentar a rigorosa repressão fizeram a senhora Mirian desistir de continuar fornecendo produtos aos vizinhos e comerciantes do Porto Meira. A *blitz* da Marinha levou o senhor Carlos a refletir sobre o fato de que não era aceitável, para ele, trabalhar sob a ameaça de ser preso. Para o irmão do senhor José, não foi diferente. Sua “autonomia” começou a cobrar um preço muito alto. Segundo o senhor José: “[...] Aí, ficô muito perigoso, mataram uns amigo deles. Aí, ele ... ele parô [...]”.

Os relatos dos trabalhadores sugerem que o contrabando realizado na fronteira com a Argentina ocorria para atender às demandas de moradores e do comércio local de Foz do Iguaçu. Trabalhando para eles mesmos, como observou o senhor José, esses homens e mulheres dominavam todo o processo de trabalho. Eles faziam as compras na Argentina, diretamente com lojistas e comerciantes. Em Foz do Iguaçu, as mercadorias eram trazidas sob encomenda e entregues diretamente ao cliente, fosse ele comerciante, vizinho, gerente de algum hotel ou restaurante. Neste sentido, parece válido afirmar que a prática desse contrabando foi vivida sem culpa, pois foi realizada por esses trabalhadores como uma atividade legítima e justa. Estes relataram suas experiências como estratégias legítimas de trabalho, que foram sendo transformadas em crime pela ação repressiva do Estado.

Contudo, esse sentimento não acompanhou suas narrativas, quando o assunto envolvia o contrabando de mercadorias na fronteira com o Paraguai¹². Alguns

¹² Cabe um paralelo com os estudos de Edward Thompson, acerca do que foi chamado “Economia Moral” da multidão, durante os séculos XVII e XVIII, na Inglaterra. Embora, lá, tenha sido um processo mais abrangente de mercantilização de todas as relações sociais existentes, resultando na criminalização de práticas comuns e, até então, consensuais como a respiga, o recolhimento de lenha nos bosques, a caça e a pesca, empresta um sentido para pensarmos como os trabalhadores constroem seus próprios valores morais – do que é lícito e do que é ilícito – a partir de necessidades materiais, e também como se desapegam de determinadas crenças e valores, sob intensa e sistemática repressão e grande pressão ideológica. (THOMPSON, 1998).

entrevistados indicaram que, no final da década de 1960, havia uma grande movimentação de trabalhadores locais em torno do contrabando de café. Segundo o senhor Cesar, com a decadência da exploração de madeira¹³, na cidade de Foz do Iguaçu, o contrabando de café passou a ser uma ocupação para muita gente, na cidade:

“Tinha [gente], mas... e como tinha! Dava muito dinheiro, isso aí. E o pessoal, de noite, na correria, né? – caminhão velho andando pelo mato, picadão e correndo com bolsa nas costas... E muita gente se virou com isso aí. Teve gente que aproveitou, teve gente que ficou na mesma ou até pior, mas dava serviço pro pessoal que dava trabalho e dava serviço pras autoridades – né? –, exército, na correria, atrás.” [Grifos meus].

O contrabando de café, na fronteira com o Paraguai, foi, no entendimento do senhor Carlos, uma estratégia que permitiu que os trabalhadores sobrevivessem, diante do fechamento das madeireiras, pois, como ele mesmo disse: *“muita gente se virou com isso aí”*. Mas, por outro lado, esse contrabando não foi encarado apenas como uma forma temporária de trabalho.

Logo no início da descrição do contrabando de café, o senhor Carlos fez questão de frisar: *“Dava muito dinheiro, isso aí”*. Atravessar café do Brasil para o Paraguai representava, também, uma oportunidade de melhorar de vida, rapidamente. Entretanto, tratava-se de uma atividade arriscada, sem garantias e envolvida pelo temor constante de ser preso pelo Exército ou a Marinha. Para aproveitar essa oportunidade, era preciso enfrentar o medo, esgueirar-se, correr com cargas de café nas costas, durante a noite, pela matas das barrancas do rio Paraná.

Diferentemente do comércio fronteiriço, o transporte de café era considerado contrabando não somente pelo Estado, mas também pelos próprios trabalhadores. Contudo, era uma atividade bastante concorrida, principalmente, em períodos marcados

¹³ A exploração e exportação de madeira para Argentina foi uma atividade econômica que caracterizou a história de Foz do Iguaçu, desde sua fundação até o final da década de 1960. A decadência do sistema obragero, ocorrida entre as décadas de 1930 e 1940, não implicou o fim da exploração da madeira, na região. A frente de colonização agrícola, incentivada pelo governo brasileiro, trouxe, para a região, diversas indústrias de exploração e exportação da madeira como: Carlos Sbaraini S/A, Indústria e Comércio Amambahy e Industrial Madeireira Paraná Ltda. Os dados do IBGE indicaram que, ao final da década de 1950, 70% dos estabelecimentos industriais eram ligados à indústria extrativista vegetal. Estas madeireiras dirigiam toda a sua produção ao mercado argentino. Os fatores que explicam o declínio desta indústria, em Foz do Iguaçu, segundo a análise feita por Silva (2000, p.98), deve-se ao avanço da ocupação agrícola, que começava a constranger a exploração extrativista, e ao esgotamento das reservas naturais. A madeira se tornava cara porque exigia que se avançasse, ainda mais, para o leste, distante das indústrias localizadas nas margens dos rios Iguaçu e Paraná.

por declínio ou estagnação das ocupações. Mesmo considerada ilegal, era uma atividade recorrente e alternativa para os trabalhadores.

O senhor Eusébio¹⁴, 77 anos, que veio do Paraguai, na década de 1960, para morar em Foz do Iguaçu, também se lembra das manobras para driblar a fiscalização do Exército brasileiro:

“Na época, tinha contrabando de café que é levado para o Paraguai [...]. Então, [...] essa gente carregava uma caminhoneta velha, assim, cinco ou seis sacos e vinha aqui, nessa entrada aqui, e me entra isso aí. O quartel ia atrás, e era sargento... andava atrás do café. Então, a caminhoneta ia lá pro o porto oficial, a... a... o quartel atrás dele... E isso tá passando lá, no Porto Belo¹⁵, um, dois, três carreta de café. Pegaram aqui – né? –, café – seis, cinco saco, só. E o grande passa lá. Assim fazia.”

Este relato feito pelo senhor Eusébio ajuda a esclarecer a diferença entre o contrabando praticado no Porto Meira (na fronteira com a Argentina) e o realizado na fronteira com o Paraguai, pelo Porto Belo. A quantidade de café atravessada para o Paraguai era medida em toneladas. Se, na primeira operação, o irmão do senhor José e seus amigos atravessavam cem quilos de farinha de trigo, da Argentina para Foz do Iguaçu, na segunda operação, três carretas carregadas de café eram despachadas para o Paraguai. Também para o senhor Edilberto¹⁶, 61 anos, que chegou em Foz do Iguaçu, no ano de 1966, o contrabando foi interpretado como uma atividade bastante comum nessa cidade: “[...] E o povo daquela época, todo o povo era contrabandista: todos, todos, todos comprava e vendia. Era café, de cá pra lá, e uísque, de lá pra cá [risos].”

Talvez, o traço mais claro que separa esse tipo de “contrabando” dos demais, na lembrança dos trabalhadores, resida no fato de que era organizado em grande escala. Os trabalhadores eram “empregados” nesse serviço. Não negociavam a compra e a venda da mercadoria. Constituíam, apenas, uma força de trabalho, contratada para efetuar o transporte do café. A esse respeito, o senhor Edilberto conta que muitas pessoas que trabalhavam nas roças, durante o dia, “empregavam-se” no transporte de mercadorias,

¹⁴ Entrevista realizada com o senhor Eusébio, em 26 de janeiro de 2007, na região Jardim América, na cidade de Foz do Iguaçu.

¹⁵ Este porto foi identificado, nos relatos, como um dos principais pontos de contrabando de mercadorias para o Paraguai, pelo rio Paraná. Sua localização é incerta, pois não encontrei mapas que o identificassem com precisão.

¹⁶ Entrevista realizada com o senhor Edilberto, em 9 de janeiro de 2007, na região Três Lagoas, na cidade de Foz do Iguaçu.

durante a noite. Embora a atividade fosse considerada ilegal, havia justificativa para a participação dos trabalhadores nela. Estavam “trabalhando”.

[...] *trabalhava na roça; trabalhava na roça e, à noite, se virava pra ganhá mais. [...] Era dureza. **Trabalhava o dia inteiro e a noite inteira. Só que não era direto – né? –, assim, todo dia, todo dia; era só de vez em quando, né? Passava, às vêis, uma semana, uma mês, de repente, dois ou três dia – né? –, ou uma semana... Era o impedimento – né? –, conforme a época.***” [grifos meus].

Visto desse prisma, o contrabando realizado com o Paraguai, geralmente, era feito em grande escala e incorporava, hierarquicamente, diferentes estratos da sociedade local, diversificando-se em função das mercadorias que eram transportadas. Nesse contexto, o contrabando de café¹⁷, diferentemente do contrabando de produtos da Argentina, não foi uma iniciativa de pequenos comerciantes ou dos trabalhadores de Foz do Iguaçu. Tratava-se de uma operação maior, na qual alguns trabalhadores engajaram-se de maneira subordinada. A rigor, todas as vezes que os entrevistados se referiram ao transporte de mercadorias como uma atividade ilegal, mencionaram o Paraguai.

De qualquer modo, o comércio, na fronteira, foi absolutamente essencial para muitos trabalhadores. O tempo vivido e lembrado pelos entrevistados estruturou-se, em grande medida, num tipo de economia que oscilou entre os campos da legalidade e da ilegalidade. Em função disso, os que falaram sobre esse assunto trouxeram à tona o fato de que esse tipo de comércio não é recente e nem decorre de tratados entre o Brasil, Argentina e Paraguai. O caráter ilegal imputado às formas de funcionamento da economia local vem de longa data, desde a interferência militar, na formação de Foz do Iguaçu. E, como estudos mais recentes têm indicado, a realidade vivida pelos trabalhadores que entrevistei encontra paralelo junto a muitos trabalhadores que, atualmente, ganham a vida como “sacoleiros” e “laranjas” (RABOSSO, 2004; CARDIN, 2006; SILVA, 2008). Enfim, vender e comprar mercadorias dos argentinos e paraguaios não era uma estratégia para burlar a lei. Era uma alternativa de trabalho e de sobrevivência para aqueles que viviam em Foz do Iguaçu.

¹⁷ De acordo com Menezes (1987, p.26), o grande volume de contrabando de café para o Paraguai constituía uma grande operação de fuga de impostos. No Paraguai as taxas sobre o produto eram muito vantajosas se comparadas com as do Brasil. Assim, o café entrava como contrabando, no Paraguai, para, mais tarde, retornar ao Brasil como produto importado pelo regime aduaneiro especial “drawback”.

REFERÊNCIAS

CARDIN, Eric G. **Sacoleiros e laranjas na Tríplice Fronteira**: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. 2006. 170f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP). Araraquara (SP), 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed., Campinas, Edunicamp, 1996, 476p.

BANDEIRA, Moniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). 2ª ed., São Paulo:Ensaio, 1995, 336p.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**: Brasil-Paraguai, 1955-1980. Campinas, SP: Papyrus, 1987, 186p.

RABOSSI, Fernando. ‘Dimensões da espacialização das trocas. A propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este’. **Ideação**. Revista do Centro de Educação e Letras do Campus de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, v.6, n.6, p.151-176, 2004.

SILVA, Carlos A. Franco. “Trajetórias geográficas do pioneiro André Antonio Maggi na abertura da fronteira do oeste paranaense.” **GEOgraphia**. Publicação Semestral do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Ano II, nº4, p. 89-102, 2000.

SILVA, Elen. **Trabalhadores na fronteira**: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este (1990-2006). 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2008.

THOMSON, Alistair. ‘Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias.’ **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 15, p.51-71, abr. 1997.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.